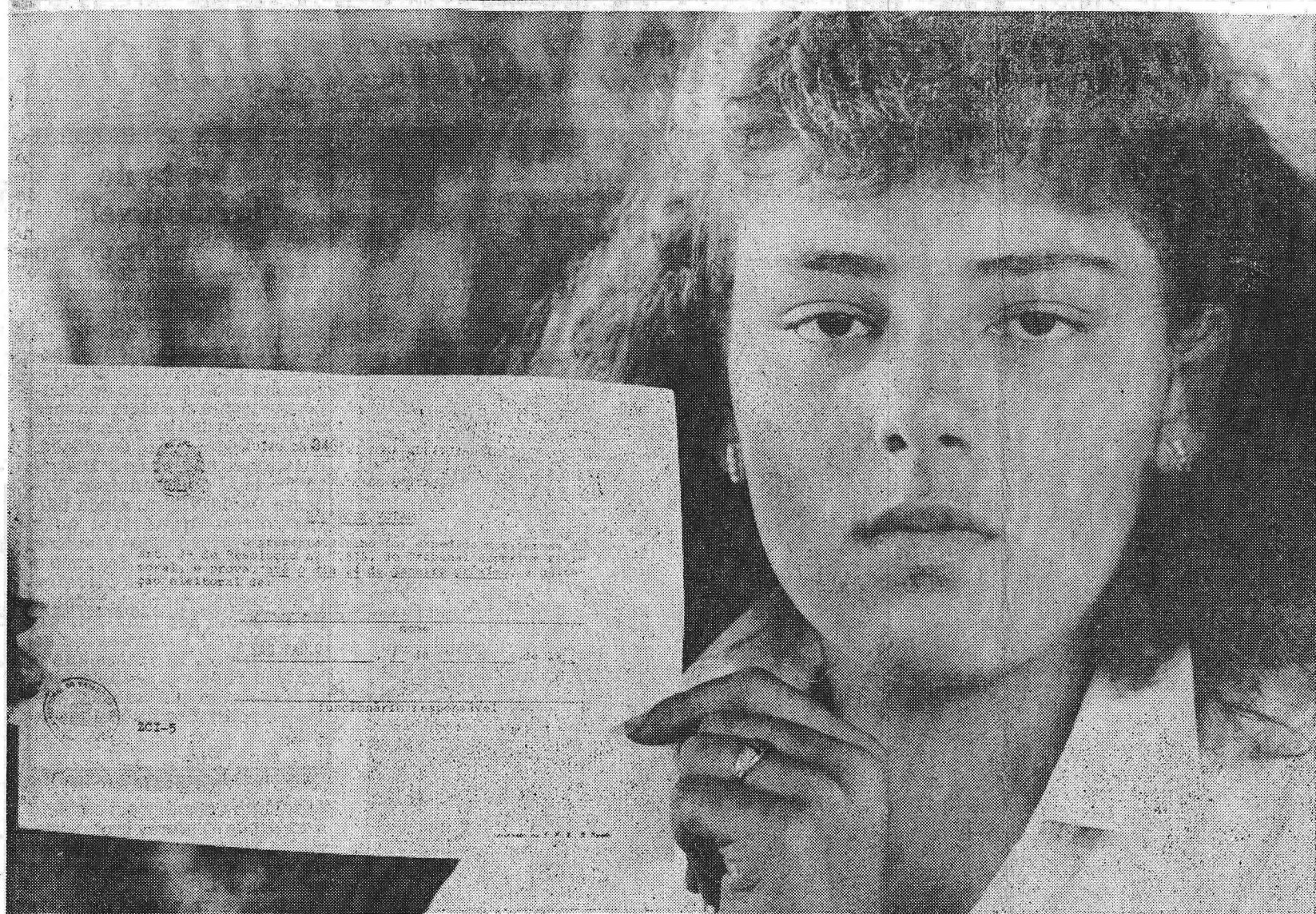




Norma Albano/AE

Alessandra, inconformada com o documento que lhe cassa o direito de escolher o presidente: "Vou contratar advogado"

Burocracia erra e estudante não vai votar para presidente

PATRICIA ZAIDAN

Alessandra Guidio, 16 anos, não acreditava no que acabara de ouvir no cartório eleitoral da Rua Silvio Dante Bertacchi, Butantã. "Como não posso votar?", perguntou revoltada à funcionária Ana Maria, que lhe entregara o documento com a sentença "Não pode votar". A morena alta terá de esperar cinco anos para realizar o sonho de eleger o presidente da República. De dentro do balcão, a funcionária empurrou a responsabilidade para a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo: "A Prodesp não teve tempo de fazer seu título de eleitor", informou.

Alessandra sapateou ali mesmo: "Isso é um absurdo", protestou. "A televisão incentiva, o colégio ensina, a gente escolhe um candidato e na hora H vocês fazem isso?" Ela e outras sete mil pessoas, no Estado, se apresentaram dentro do prazo legal, preencheram o formulário de alistamento e não receberam o título de eleitor. Esses cidadãos se somam a mais 33 mil paulistas que não poderão ir às urnas "por motivos diversos", explicados por Francisco Costa, assessor de imprensa do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), como eleitores com problemas na transferência de domicílio eleitoral, duplicidade de título e outros motivos.

A garota não se conformava: "Quero votar, vou votar", insistiu. "Estranhei o fato de minha irmã, Andréa, estar recebendo o título e eu não." As duas foram ao cartório juntas para o alistamento, dia 13 de junho. "Vocês não podem tirar o direito que a Constituição me deu." A Constituição Federal estabelece como "facultativo" o voto de menores com 16 e 17 anos. "Que bobagem, menina, aproveita o feriado", aconselhou a funcionária pública referindo-se a 15 de novembro. "Vai viajar e esquece da eleição."

Impossível. Alessandra,

signo de gêmeos, não desiste fácil. "Passei o ano inteiro pesquisando política, visitei comitês de seis candidatos, atrás de informações, acompanho os programas da TV sobre o assunto e vi todos os debates", comentou lépida. No começo do ano a menina mudou sua rotina. Suspendeu as aulas de ginástica e incluiu a sucessão presidencial em sua agenda diária. Tinha alguma pendência para o nome de Guilherme Afif Domingos (PL). "Depois que comprei o livro *Quem foi Quem na Constituinte* (editado pelo Departamento Internacional de Assessoria Par-

lamentar) me decidi por Mário Covas (PSDB)", afirmou. É tucana roxa.

Alessandra sente que estão tirando um voto do senador. "Não vou permitir isso", avisou. "Meu pai me autorizou a contratar um advogado. A menina — que como ela mesma diz, não passa as tardes em shoppings fazendo compras —, acredita que um mandado de segurança possa devolver-lhe a oportunidade de votar, ainda nesta eleição.

"Não quero tirar o ganho do advogado, mas a menina não conseguirá", rebateu Francisco Costa em sua sala no tribunal. "Ela não teve nenhum interesse ferido." O assessor do TRE não soube explicar por que o título de Alessandra não havia sido emitido: "Pode ser que a Prodesp não tenha dado conta de fazer tudo em tempo hábil, tenha digitado errado as informações, ou a garota não soube preencher o formulário", comentou.

Na companhia de Processamento, o assessor de imprensa Edson Mendes de Almeida entrou na briga: "Não houve um erro sequer. Temos um controle de qualidade e digitação é facilmente corrigível". Edson garantiu que todos os títulos autorizados pelo TRE foram processados dentro do prazo acertado entre o tribunal e a prestadora de serviço. "O nome de Alessandra, com certeza, não foi enviado para o cadastro da Prodesp", assegurou.



Norma Albano/AE

Francisco: "A garota não teve interesse ferido"